



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria financeira para auxiliar o Instituto de Previdência Municipal de Serra do Salitre/MG – IPMSS, gestor do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, no acompanhamento, análise e monitoramento da carteira de investimentos, mediante metodologia compatível com a natureza, a composição e as características dos ativos que integram seu patrimônio, em observância à legislação e às normas regulamentares aplicáveis.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.2. Os serviços objeto deste estudo caracterizam-se como técnicos especializados.

3. DAS JUSTIFICATIVAS:

3.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

A presente demanda decorre da necessidade de assegurar ao Instituto de Previdência Municipal de Serra do Salitre/MG – IPMSS, gestor do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, suporte técnico especializado e contínuo nas áreas financeira e de gestão de recursos, especialmente no acompanhamento, na análise e na avaliação dos investimentos que compõem o patrimônio previdenciário.

A gestão dos recursos financeiros do RPPS constitui atividade de elevada complexidade técnica e relevância institucional, uma vez que envolve a administração de patrimônio destinado à garantia do pagamento dos benefícios previdenciários presentes e futuros. Nesse contexto, o acompanhamento da carteira de investimentos exige análise permanente dos cenários econômicos e financeiros, da rentabilidade e do desempenho dos ativos, dos riscos envolvidos, dos níveis de liquidez e da adequação das aplicações à política de investimentos, às metas estabelecidas e aos limites e parâmetros previstos na legislação aplicável.

A adequada gestão dos recursos previdenciários demanda, portanto, atuação pautada por critérios técnicos, análise especializada e acompanhamento sistemático, de modo a subsidiar a tomada de decisões com informações qualificadas e atualizadas. A disponibilidade de suporte técnico especializado contribui para o aprimoramento dos processos de análise e monitoramento dos investimentos, permitindo a identificação tempestiva de riscos, oportunidades e eventuais necessidades de ajustes na composição da carteira, sempre em observância aos princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência e prudência que devem orientar a gestão dos recursos previdenciários.

A demanda também está relacionada ao cumprimento das obrigações legais, regulamentares e institucionais inerentes à gestão dos investimentos do RPPS, incluindo o acompanhamento da aderência da carteira aos parâmetros normativos e à Política de Investimentos, a elaboração e o acompanhamento da Política Anual de Investimentos, a análise de desempenho dos ativos, a emissão de diagnósticos e relatórios gerenciais, a realização de comparativos de rentabilidade e risco, bem como o fornecimento de informações técnicas necessárias ao adequado funcionamento dos órgãos colegiados e das instâncias de governança do Instituto.

Nesse cenário, a disponibilização de apoio técnico qualificado e de instrumentos adequados de análise e acompanhamento mostra-se relevante para fortalecer os mecanismos de controle, planejamento e governança dos recursos previdenciários. A medida contribuirá para conferir maior segurança, transparência e eficiência aos processos decisórios, além de proporcionar melhores condições para o monitoramento da gestão financeira e para a adoção de providências preventivas diante de alterações



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE - IPMSS

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

nos cenários econômicos e nos níveis de risco dos investimentos.

Assim, o atendimento da presente demanda revela-se necessário para assegurar condições técnicas adequadas ao acompanhamento e à gestão dos recursos financeiros do IPMSS, fortalecendo a governança, a transparência, o controle e a segurança na administração do patrimônio previdenciário, bem como contribuindo para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social e para o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis.

3.2. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO:

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Contudo, a divisão da contratação não se revela adequada quando puder comprometer a integração da solução, a uniformidade técnica, a continuidade dos serviços e a eficiência da execução contratual.

No presente caso, a opção pelo não parcelamento dos serviços de assessoria técnica para gestão dos recursos financeiros e acompanhamento da carteira de investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Serra do Salitre – IPMSS fundamenta-se na interdependência das atividades que compõem a solução pretendida.

Os serviços abrangem a elaboração de diagnóstico da posição da carteira de investimentos, o acompanhamento da composição e do desempenho dos ativos, a análise de rentabilidade, risco, liquidez e diversificação, a verificação do enquadramento das aplicações aos limites legais, a elaboração da Política Anual de Investimentos, a emissão de relatórios gerenciais e comparativos de desempenho, o suporte técnico aos gestores e ao Comitê de Investimentos, bem como a disponibilização de ferramenta tecnológica em ambiente web.

Tais atividades possuem relação direta e complementar, uma vez que os dados consolidados na ferramenta tecnológica subsidiam as análises técnicas, os relatórios, os diagnósticos e as orientações fornecidas pela equipe responsável pelo acompanhamento da carteira de investimentos.

O parcelamento da solução entre diferentes prestadores poderia ocasionar incompatibilidade entre as informações produzidas, divergências metodológicas, dificuldades de integração entre o sistema utilizado e os relatórios elaborados, sobreposição ou indefinição de responsabilidades, além de maior risco de inconsistências no acompanhamento dos investimentos.

A contratação de prestadores distintos para a assessoria técnica e para a disponibilização da ferramenta tecnológica também poderia exigir procedimentos adicionais de compartilhamento, migração, conferência e compatibilização de dados, aumentando a complexidade da fiscalização contratual e o risco de descontinuidade dos serviços.

A execução integrada da solução por um único prestador permite maior uniformidade metodológica, atualização sincronizada das informações, continuidade no acompanhamento da carteira, agilidade na emissão de relatórios e melhor definição das responsabilidades pela qualidade e confiabilidade dos serviços prestados.

Além disso, a centralização da execução facilita a interlocução entre o Instituto e a contratada, reduz a necessidade de coordenação entre múltiplos prestadores e favorece o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação dos resultados da contratação.

Ressalta-se que a execução integrada não implica transferência das competências decisórias dos gestores, do Comitê de Investimentos ou dos demais órgãos competentes do RPPS, permanecendo a contratada responsável exclusivamente pelo suporte técnico, pela produção das informações e pela disponibilização da ferramenta de acompanhamento.

Diante disso, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente recomendável, pois poderá comprometer a integração, a uniformidade, a continuidade e a eficiência da solução. A



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE - IPMSS

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

contratação conjunta dos serviços de assessoria financeira, acompanhamento da carteira de investimentos e disponibilização da ferramenta tecnológica apresenta-se, portanto, como a alternativa mais adequada ao atendimento da necessidade do Instituto de Previdência Municipal de Serra do Salitre – IPMSS.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Escopo do Trabalho:

- Análise e diagnóstico dos investimentos dos recursos em moeda corrente que integram a carteira do RPPS;
- Definição de critérios para o estabelecimento de uma política de investimentos de acordo com a legislação vigente e o perfil de risco definido pelo RPPS;
- Estabelecimento do modelo de gestão e os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;
- Assessoria e apoio para aprovação da política anual de investimentos pelo órgão superior de supervisão e deliberação do RPPS;
- Acompanhamento e revisão, se necessário, da política anual de investimentos no curso de sua execução;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento dos investimentos, de acordo com a legislação vigente;
- Emissão de relatórios sobre a carteira de investimentos com periodicidade mensal trimestral, semestral e anual;
- Auxílio na elaboração Política de Investimento, DPIN e DAIR;
- Elaboração de pareceres técnicos sobre os investimentos;
- Elaboração de pareceres técnicos para órgãos de controle externos e internos ao RPPS;
- AUDESP (RPPS do Estado de São Paulo), com geração e envio do arquivo RIRPPS em meio eletrônico;
- Divulgação de relatórios sobre cenário econômico e alocação dos investimentos com periodicidade mensal;
- Acompanhamento da carteira própria de títulos públicos federais, com marcação de preços;
- Contato direto com nossos consultores, para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos;
- Disponibilização de ferramenta WEB ON LINE denominada LIASYS GESTÃO DE INVESTIMENTOS, de acompanhamento e monitoramento da carteira de investimentos, em área restrita, com diversos módulos e funcionalidades:



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE - IPMSS

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

PRINCIPAIS MÓDULOS E FUNCIONALIDADES

Visão Geral das Carteiras Posição consolidada dos recursos ativos e fundos integrantes da carteira de investimentos	CADPREV Relatórios de acompanhamento dos investimentos (DPIN & DAIR)	Simulação Carteiras Ferramenta simulação com base perfil de risco e retorno previamente definidos
Elaboração da APR Formulário APR para formalização das operações de aplicação e resgates nos produtos de investimento	Detalhamento Fundos Portfólio de fundos de investimentos mediante link de acesso à base de dados da CVM	Credenciamento Credenciamento de Instituições Financeiras, Administradores, Gestores e Fundos
Enquadramento Legal Acompanhamento da carteira com tabelas e gráficos aos limites da legislação e do DPIN	Monitoramento Risco Relatório consolidado com indicadores de desempenho e risco dos investimentos	Pareceres Técnicos Área restrita com divulgação dos pareceres técnicos sobre os investimentos
Atribuição Desempenho Identificação dos melhores fundos e índices para aplicação dos recursos	Solvência e Liquidez Simulação do nível de utilização do fluxo de caixa do RPPS ao longo do tempo	AUDESP (Estado de SP) Geração e envio do arquivo RIRPPS em meio eletrônico

4.2. Do Modelo de Execução:

4.2.1. Sempre que solicitados poderão ser fornecidos os seguintes relatórios:

- Desempenho das Carteiras de Investimento Consolidadas;
- Comentário Econômico;
- Dados de Mercado e Ranking de Fundos;
- Movimentações Financeiras;
- Monitoramento de Risco;
- Lâminas Resumo.

4.2.2. Os serviços serão prestados de forma remota, através do correio eletrônico.

4.2.3. Os serviços remotos serão ilimitados, devendo a empresa ficar à disposição para atendimento do Instituto, em dias úteis e horário comercial, durante toda a vigência do contrato.

4.4. Indicação de Marca:

4.4.1. Não se aplica.

4.5. Da Subcontratação:

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Garantia da contratação:

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

4.7. Do regime de execução:

4.7.1. O regime de execução dos serviços será por preço global.

4.8. Do valor da contratação:

4.8.1. O valor global dos serviços é de **R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)**, referente a doze meses e serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais de **R\$ 700,00 (setecentos reais)**.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. Forma de seleção:

5.1.1. Será inexigível a licitação tendo em vista a inviabilidade de competição, sobretudo por se tratar de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com empresas de notória especialização.

5.2. Forma de fornecimento:

5.2.1. Não se aplica.

5.3. Exigências de habilitação:

Quanto à **REGULARIDADE JURÍDICA:**

5.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor¹, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

5.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Quanto à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

5.3.5. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

5.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

5.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

5.3.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente de seu Município.

¹ NOTA EXPLICATIVA: Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

5.3.9. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

5.3.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

Quanto à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

5.3.11. Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Quanto à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

5.3.12. Comprovação da notória especialização.

Quanto às **DECLARAÇÕES:**

5.3.13. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.

5.3.14. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho à menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

5.3.15. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto.

6. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA:

6.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 03.01.01.04.122.0001.2001.3.3.90.35.00

7- DO PRAZO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

7.1. Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, com a devida finalização da liquidação da despesa.

7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

7.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo Contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente do fornecedor, descrição do objeto fornecido;

7.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela empresa detentora dos preços registrados em inteira conformidade com as exigências legais contratuais.

7.5.1. Deverão constar na nota fiscal os seguintes dizeres: Referente ao Processo Administrativo nº xx/2026, Inexigibilidade nº xx/2026.

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

7.7. A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada de Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, a Certidão Negativa Trabalhista, Certidão Negativa de Débitos Tributários, Certidão Negativa Estadual e Certidão Negativa Municipal;

7.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.9. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do Reajuste:

7.10. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.11. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.13. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.14. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.15. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.16. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.17. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Avaliar a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste Termo de Referência;

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.12. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA em suas dependências para fins de execução dos serviços;

8.13. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;

8.14. Proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa executar suas obrigações dentro das normas estabelecidas;

8.15. Controlar e fiscalizar os serviços, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a vigência do contrato.

a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os serviços demandados, cuja quantidade, qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios ou defeitos;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique e impeça os cumprimentos dos prazos estabelecidos;

9.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.10. Executar suas obrigações com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local onde a entrega está sendo realizada e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo;

9.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.13. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.15. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

9.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.19. Fornecer e executar o objeto do Termo de Referência em acordo com os preços, prazos e condições estipuladas na proposta;

9.1.20. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da contratante;

9.1.21. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

9.1.22. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes o presente Termo de Referência e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

10.1.1. O contrato ou documento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

10.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução/entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

10.1.3. A execução do contrato ou documento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

10.1.4. Os fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da entidade Contratante, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

10.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

10.1.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante toda a vigência do contrato.

10.1.7. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

10.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

10.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

10.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da licitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

10.1.12. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.1.13. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.1.14. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.2. CABE AO GESTOR DO CONTRATO:

10.2.1. Acompanhar a execução contratual devendo:

10.2.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações do termo contratual, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da contratação para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.2.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.2.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa.

10.2.1.4. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.2.1.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

11. DO RECEBIMENTO:

11.1. O recebimento dos serviços se dará conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 090/2023.

11.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.3. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 10% a 20% do valor do contrato ou instrumento equivalente.
 - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato ou instrumento equivalente.
 - (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato ou instrumento equivalente, ressalvadas as seguintes infrações:

13.3. A aplicação das sanções previstas neste título não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste título poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE - IPMSS

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

14.1. O Contratante reserva para si o direito de não aceitar ou receber quaisquer serviços em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

14.2. Qualquer tolerância por parte do Contratante, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação,



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SERRA DO SALITRE -
IPMSS**

Rua Gardênia, 440 – Flores / Serra do Salitre-MG

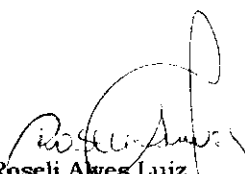
TELEF. (034) 3475-0523

www.ipmserradosalitre.mg.gov.br

transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o contratante exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

14.3. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Instituto e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

Serra do Salitre/MG, 24 de julho de 2026.


Roseli Alves Luiz
Superintendente do IPMSS